

### EXERCÍCIO PROPOSTO:

Em 10/2/2011, Estivejóbsson Aimec de Oliveira Sobrinho foi acusado de ter contratado, em 3/1/2010, uma pessoa conhecida como “Zoiudo” para matar Faireuol do Uaifai Soares, que era amante de sua esposa. Zoiudo foi acusado de ter instalado, em 15/1/2010, uma bomba no carro de Faireuol, para que ela explodisse quando a ignição do veículo fosse ligada. De fato, quando a vítima acionou o motor do carro, houve uma explosão que o matou. Estivejóbsson Aimec de Oliveira Sobrinho e Zoiudo foram apontados como incurso no art. 121, §2.º, I – mediante paga; II – motivo fútil consistente em ciúmes; III – emprego de explosivo; IV – recurso que impossibilitou a defesa da vítima; c.c. art. 29, caput, do Código Penal. Em 12/2/2010, Zoiudo faleceu, tendo sido, então, declarada extinta a sua punibilidade, não tendo ele chegado a ser ouvido, visto que, na fase policial, permanecera em silêncio. Em interrogatório realizado em 14/2/2010, Estivejóbsson Aimec de Oliveira Sobrinho negou a contratação e disse viver bem com a esposa.

Foram ouvidos em juízo: o médico legista, que confirmou a morte por explosão; dois policiais que afirmaram que, como Zoiudo já era procurado pela polícia, uma interceptação telefônica autorizada para desvendar outro crime captara, casualmente, conversa entre ele e outra pessoa, não identificada, supostamente Estivejóbsson Aimec de Oliveira Sobrinho, na qual este negociava com Zoiudo a morte de uma pessoa, cujo nome não foi mencionado, tendo sido, na ocasião, marcado encontro entre os dois; e um perito, o qual declarou que, conforme perícia juntada aos autos, a voz da conversa interceptada era semelhante à de Estivejóbsson Aimec de Oliveira Sobrinho, embora não fosse possível uma afirmação conclusiva. Da gravação nada constava sobre a forma de execução do crime. Duas testemunhas, amigos de Faireuol do Uaifai Soares, afirmaram que ele era amante da esposa de Estivejóbsson. Como testemunhas de defesa foram ouvidos dois amigos de Estivejóbsson, que disseram ser este pessoa calma e dedicado pai de família, incapaz de causar mal a qualquer um, e sua esposa, que negou ter relações com a vítima. Finda a instrução, as partes apresentaram suas alegações e, em 3/3/2011, o juiz da 1ª Vara do Júri pronunciou Estivejóbsson Aimec de Oliveira Sobrinho pelo art. 121, §2.º, I, II, III, IV, c.c. art. 29, caput, todos do Código Penal, assentando-se na gravação e nos depoimentos das testemunhas de acusação e afirmando que, na pronúncia, prevalece o princípio *in dubio pro societate*. O acusado e seu advogado foram intimados da decisão em 4 de março de 2011 (sexta-feira).

Considerando a situação hipotética descrita, atue na defesa de Mário, como se seu advogado fosse e date a peça com o último dia do prazo.